



AZ@BXL

Número: 235 Data: 2022.07.15

No título: [Varadouro – Castelo Branco](#), Ilha do Faial

Nota: Com 99 hectares, esta área protegida inclui zonas costeiras que, quer pela sua formação geológica, quer pela sua localização, reúnem condições naturais de interesse para o desenvolvimento de habitat particulares para espécies de fauna e flora.

*Nesta zona costeira, podemos observar algumas aves como o cagarro (*Calonectris borealis*), o garajau-comum (*Sterna hirundo*), o pombo-torcaz dos Açores (*Columba palumbus azorica*) e o frulho (*Puffinus lherminieri baroli*). No que respeita à flora, notamos a presença de urze (*Erica azorica*), *Picconia azorica* (pau-branco), *Spergularia azorica* e *Myosotis maritima* (não-me-esqueças).*

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Política de coesão da UE: 23 mil milhões de euros para o desenvolvimento económico e social de Portugal em 2021-2027](#)

[Previsões económicas do verão de 2022](#)

[Assinada Declaração de Investigação e Inovação para o Oceano Atlântico](#)

[Eurodeputados pedem mais fundos para a coesão](#)

[Comissão consulta Estados-Membros sobre a proposta de alteração do Quadro temporário de crise](#)

[Fundo de Inovação: UE investe 1,8 mil milhões de euros em projetos de tecnologias limpas](#)

[União da Saúde: HERA entrega lista das 3 principais ameaças à saúde](#)



6 a 20 de julho



Aprende a programar! Escola de verão - julho 2022

Estão de volta os seminários de formação em linguagens computacionais para jovens e menos jovens, mesmo sem conhecimentos prévios. A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu em Portugal, através da Casa Europa, [disponibilizam](#) gratuitamente mais uma edição de formação em programação online. Esta iniciativa contribui para o objetivo de levar a programação e a literacia digital a todos, constituindo uma oportunidade para melhorar as competências digitais, cada vez mais solicitadas em termos profissionais.

Os seminários decorrem durante o mês de julho, nos dias 6, 13 e 20, às 18h30, com a duração de 1h30min cada, e são ministrados por [formadores certificados](#). Os seminários serão totalmente transmitidos em *streaming* pelas redes sociais [Facebook](#) e [Twitter](#) da Representação da Comissão Europeia, mas também, visto ser uma iniciativa conjunta, no [Facebook](#) e no [Twitter](#) do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal. Posteriormente, as sessões ficarão disponíveis nestas redes sociais para consulta.

18 de julho



Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros da Agricultura e Pescas da UE [reunir-se-ão](#) em Bruxelas para debater a recente proposta da Comissão sobre o regulamento relativo à utilização sustentável dos produtos fitofarmacêuticos e chegar a acordo sobre conclusões respeitantes ao setor da aquicultura. A Presidência checa apresentará ainda aos ministros as suas principais prioridades nos setores da agricultura e das pescas. Os ministros debaterão ainda a situação do mercado à luz da invasão russa da Ucrânia e a execução da nova política agrícola comum (PAC), incluindo a aprovação dos planos estratégicos nacionais. Por último, trocarão pontos de vista sobre o regulamento relativo à disponibilização de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal e sobre a necessidade de atualizar a legislação relativa ao transporte de animais na UE. Poderá acompanhar os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública [aqui](#).



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros [trocará](#) pontos de vista sobre a agressão russa contra a Ucrânia, as relações entre a UE e a América Latina e as Caraíbas, e a diplomacia digital. No âmbito das questões da atualidade, os ministros debaterão a manipulação de informações e ingerências por parte de agentes estrangeiros, a situação na República Democrática do Congo e o Conselho de Associação UE-Israel. O Conselho deverá aprovar conclusões sobre a diplomacia digital da UE e as prioridades da UE na 77.ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

18 a 20 de julho



Eurodeputados da Comissão das Pescas em Portugal

Seis eurodeputados membros da comissão das Pescas do Parlamento Europeu [vão](#) visitar vários portos de pesca no norte de Portugal, de 18 a 20 de julho. Os eurodeputados vão reunir com operadores locais, empresas que fornecem soluções tecnológicas para o setor, incluindo projetos de inteligência artificial e várias startups. Os eurodeputados vão também observar as condições nos portos de Leixões, Angeiras e Matosinhos, encontrar-se com pescadores locais e com representantes de organizações de pescas.

Antes da missão, o presidente da Comissão das Pescas, [Pierre Karleskind](#) (Renew, França) que lidera a missão ao norte de Portugal disse: “Estou muito entusiasmado por liderar esta visita ao norte de Portugal. As pescas são um setor fundamental para o desenvolvimento sustentável das áreas costeiras em toda a Europa. Vamos visitar vários portos de pescas e testemunhar as suas condições operacionais. Vamos também visitar cinco projetos inovadores de pescas sustentáveis. Vamos garantir que trazemos esse conhecimento adquirido em Portugal para o Parlamento Europeu.”

O presidente da comissão das Pescas, [Pierre Karleskind](#) (Renew, França) lidera a missão a Portugal e é acompanhado por outros cinco deputados: [Maria da Graça Carvalho](#) (PPE, Portugal), [Elżbieta Rafalska](#) (ECR, Polónia), [João Pimenta Lopes](#) (GUE/NGL, Portugal), [Manuel Pizarro](#) (S&D, Portugal) e [Isabel Carvalhais](#) (S&D, Portugal).



Delegação da Comissão dos Orçamentos em visita a Portugal

Uma delegação de 11 membros da Comissão dos Orçamentos e um membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários [deslocar-se-á](#) a Portugal de 18 a 20 de julho para visitar e discutir projetos financiados através da Política Regional da União Europeia, mas também para tomar conhecimento da implementação do fundo de recuperação "NextGenerationEU", em particular do plano nacional de Portugal no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Até 20 de julho



Espaços sem Fumo (proposta de recomendação): convite à apresentação de comentários

A recomendação do Conselho sobre espaços sem fumo, de 2009, tem por objetivo proteger as pessoas em toda a UE da exposição passiva ao fumo do tabaco. Como anunciado no Plano Europeu de Luta contra o Cancro, esta [iniciativa](#) visa alinhar a recomendação com a evolução do mercado e incluir no seu âmbito de aplicação o uso de tabaco e produtos afins em certos espaços exteriores. O seu objetivo é, nomeadamente, alargar a sua cobertura a produtos emergentes; o seu âmbito de aplicação a outros espaços exteriores (por exemplo, escolas e parques infantis).



Energia de fontes renováveis — método de cálculo da quota de energia de fontes renováveis em caso de cotransformação: apresentação de comentários

A Diretiva Fontes de Energia Renováveis promove a utilização de biocombustíveis na UE, a fim de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do setor dos transportes. Esta [iniciativa](#) (que assumirá a forma de um regulamento delegado) visa estabelecer uma metodologia para determinar a quota de biocombustíveis e biogás para os transportes resultante da transformação de biomassa com combustíveis fósseis num processo comum (cotransformação).

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.



Orientações relativas à aviação (prorrogação dos auxílios ao funcionamento para aeroportos regionais [resposta à COVID-19]) – convite à apresentação de informações

As orientações em matéria de auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas de 2014 incluem um período de transição (que termina em abril de 2024), durante o qual pode ser autorizada a concessão de auxílios ao funcionamento para aeroportos com menos de 3 milhões de passageiros por ano, uma vez que estes auxílios podem ser declarados como compatíveis com o mercado único. Tendo em conta o tempo adicional necessário para começar a recuperar dos efeitos da crise da COVID-19, a Comissão [propõe](#) uma curta prorrogação deste período de transição, sem introduzir quaisquer outras alterações às regras.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagénesis e cisgénesis dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do

ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».



Prémios de Inspiração Rural 2022: O Futuro é a Juventude

O tema dos Prémios de Inspiração Rural (RIA) 2022 deste ano é "O Futuro é Juventude" inspirado por 2022 ser o Ano Europeu da Juventude, por se estar a debater a visão a longo prazo para as zonas rurais, e o Pacto Rural, desenvolvido pela Comissão Europeia. O RIA 2022 [procura](#) promover a importância da juventude europeia para construir um futuro melhor - mais verde, resiliente, socialmente mais inclusivo, inovador e digital. Este ano, os Estados-Membros são encorajados a candidatarem-se às quatro categorias temáticas ligadas à visão a longo prazo para as zonas rurais: Futuros Verdes, Futuros Digitais, Futuros Resilientes, e Futuros Socialmente Inclusivos e Inovadores. A cerimónia de entrega do prémio terá lugar em Bruxelas, no início de outubro de 2022.

Até 25 de julho



Revisão do atual regulamento relativo aos auxílios de minimis - aberto período de submissão de comentários

Tendo em conta que as [atuais regras](#) expiram a 31 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia irá propor a revisão do atual regulamento, nomeadamente pretende rever estas regras para atualizar os montantes isentos, na perspetiva da inflação e da melhoria da transparência. O Regulamento relativo aos auxílios *de minimis* permite isenções ao controlo dos auxílios estatais para pequenos montantes que sejam considerados como não tendo efeitos na concorrência e no comércio no mercado único. Os Estados-Membros não têm de notificar estes montantes à Comissão para aprovação. Poderá apresentar os seus comentários [aqui](#).

26 a 29 de julho



Simpósio Mundial Sobre os Solos

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Parceria Global de Solos (GSP) e o Painel Técnico Intergovernamental sobre Solos (ITPS) irão organizar o [Simpósio Global sobre os Solos - "Solos: o início da produção alimentar"](#). Este simpósio científico, que reunirá mais de 3 mil peritos, irá rever o papel da perda de nutrientes e da fertilidade dos solos no contexto da segurança alimentar, saúde humana, alterações climáticas e restauração dos ecossistemas. Inscrições [aqui](#).

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos "Panamá Papers". Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prato ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 17 de agosto



Conversão para uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas: período de apresentação de comentários

Esta iniciativa [alargará](#) o âmbito da atual rede de recolha de dados sobre as explorações agrícolas da UE, a fim de incluir dados sobre as práticas ambientais e sociais. Com a nova recolha de dados, será possível aferir o desempenho das explorações agrícolas e prestar aconselhamento e orientação personalizados aos agricultores. Promover-se-á assim a sustentabilidade dos agricultores e dos seus rendimentos, em consonância com os objetivos da política agrícola comum e do Pacto Ecológico, nomeadamente da Estratégia do Prato ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.

Até 22 de agosto



Proteção da biodiversidade: objetivos em matéria de restauração da natureza no âmbito da estratégia europeia em matéria de biodiversidade

Encontra-se aberto um [período de apresentação de comentários](#) relativo à proposta de regulamento dedicado à proteção da biodiversidade (restauração da natureza). Esta iniciativa, que é uma das principais medidas anunciadas na estratégia europeia em matéria de biodiversidade para 2030, visa propor objetivos juridicamente vinculativos no domínio da restauração da biodiversidade, sujeitos a uma avaliação de impacto, e contribuir para o principal objetivo da referida estratégia, que consiste em viabilizar a restauração da biodiversidade.

27 a 30 de agosto



Summer CEmp 2022

A [quinta edição da escola de verão da Comissão Europeia em Portugal](#) tem lugar de 27 a 30 de agosto de 2022 na Ribeira Grande, ilha de São Miguel, nos Açores, com o apoio do Governo dos Açores e da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Esta iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal nasceu da necessidade de envolver os atuais e os futuros líderes de opinião no debate sobre a União Europeia e de mobilizar a geração jovem em torno do que é e do que pode ser o projeto europeu e o papel da Comissão Europeia.

O *Summer CEmp* é um seminário intensivo e dinâmico com formatos práticos de aprendizagem. Durante quatro dias, um grupo diverso de estudantes do ensino superior tem a oportunidade de refletir sobre as prioridades e políticas europeias, em interação com exemplos concretos da localidade anfitriã, de debater com um vasto leque de protagonistas da atualidade portuguesa e europeia (da política, dos *media*, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local), de forma aberta e concreta, sobre o futuro do projeto europeu e de aprender mais sobre a União Europeia e sobre o papel da Comissão Europeia em temas muito diversos. Mais informações na [página dedicada](#) e acompanhe com o *#SummerCEmp* nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – [Twitter](#), [Facebook](#) e [Instagram](#).

Até 8 de setembro



Prémio Cidade Acessível 2023

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações. A cidade vencedora receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente.



Consulta pública relativa à atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE e do seu plano de ação

A Estratégia de Segurança Marítima da UE de 2014 e o seu plano de ação revisto (2018) permanecem válidos. Todavia, uma avaliação mostrou que devem ser alinhados por outras políticas e instrumentos importantes da UE, incluindo a «Bússola Estratégica» da UE, ser adaptados aos desafios em constante evolução no domínio da segurança marítima no atual contexto geopolítico complexo, bem como às alterações climáticas e à degradação ambiental. Esta [iniciativa](#) atualizará a estratégia e o seu plano de ação, em conformidade com as conclusões do Conselho de junho de 2021.

Até 9 de setembro



Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).

Até 19 de setembro



Saúde global - nova estratégia da União Europeia

Houve mudanças significativas na saúde global e na geopolítica desde a Comunicação da Comissão de 2010 sobre o papel da UE na saúde global. Esta iniciativa irá desenvolver uma nova estratégia de saúde global para responder a estas mudanças e reforçar a liderança da UE nesta área. Os contributos das partes interessadas poderão ser carregados [aqui](#).

19 e 20 de setembro



PCI Energy Days

O *PCI Energy Days* é uma conferência política e uma exposição dedicada à implementação prática de Projetos de Interesse Comum (PIC). Após dois anos de interregno, a 3.ª edição do evento irá decorrer nos dias 19 e 20 de setembro em Bruxelas.

A 3ª edição proporcionará aos promotores de projetos a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos e partilharem a sua experiência sobre como acelerar o desenvolvimento e construção de PICs, projetos que são chave para a concretização dos

objetivos energéticos e climáticos da União. Mais informações sobre a agenda, a montagem da exposição (“PCI Garden”) e o link de inscrição poderão ser encontradas [aqui](#).

26 a 30 de setembro



Semana Europeia da Energia Sustentável

A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.

26 de setembro a 2 de outubro



Virtual Island Summit

A [Cimeira das Ilhas Virtuais](#) é um [evento online](#) global dedicado aos assuntos insulares e à partilha de experiências comuns. A Cimeira das Ilhas Virtuais de 2022 oferece, por exemplo, acesso a especialistas em sustentabilidade, sessões interativas, colaboração intersetorial, ou perceções e discussões sobre os [ODS](#). A Cimeira das Ilhas Virtuais do ano passado teve mais de 11 mil participantes de mais de 500 ilhas.



Agricultura e Alimentação

Novo relatório da Estratégia Florestal da UE para 2030 adotado pela Comissão da Agricultura

No projeto de resolução sobre "Uma Nova Estratégia Florestal da UE para 2030 - Gestão Florestal Sustentável na Europa", adotado pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu na terça-feira por 30 votos a favor, 2 contra e 10 abstenções, os eurodeputados, liderados pela relatora Ulrike Müller (Renew), [sublinham](#) a importância e diversidade das florestas da UE e apelam para que a sua gestão sustentável seja desenvolvida com os proprietários florestais.

Reconhecendo os múltiplos serviços ecossistémicos e funções socioeconómicas que as florestas proporcionam, incluindo a mitigação das alterações climáticas e a criação de mais de 2 milhões de empregos na UE, os deputados europeus apelam a uma implementação equilibrada da estratégia em termos de prestação de todos estes serviços. A madeira é o único recurso natural renovável que pode substituir os materiais que consomem muita energia. O relatório propõe, portanto, que a UE apoie uma utilização mais ampla de diferentes opções de substitutos à base de madeira. Os produtos à base de madeira devem ser utilizados da forma mais eficiente possível e de acordo com as especificidades nacionais.

Acórdão TJUE Processo C-159/20 | Comissão vs Dinamarca (DOP Feta)

De acordo com a [decisão](#) do Tribunal de Justiça da União Europeia, ao não pôr termo à utilização da denominação “Feta” para o queijo destinado a exportação para países terceiros, a Dinamarca não cumpriu as suas obrigações ao abrigo da legislação da EU, embora no entanto não tenha violado a obrigação de cooperação leal. Pelo interesse que se reveste, poderá consultar [aqui](#) a versão integral da edição provisória do Acórdão.



Proposta de alteração ao Regulamento (UE) n.º 691/2011 no que diz respeito à introdução de novos módulos de contas económicas do ambiente

A Comissão Europeia apresentou uma [proposta de alteração ao Regulamento \(UE\) n.º 691/2011](#) no que diz respeito à introdução de novos módulos de contas económicas do ambiente ([anexo](#)). A alteração proposta acrescenta três contas (relativas aos ecossistemas, florestas e subsídios ambientais) às outras seis contas atualmente existentes ao abrigo do regulamento. No que diz respeito aos ecossistemas, a proposta prevê que os Estados-Membros produzam estatísticas sobre a dimensão dos ecossistemas, sobre as suas condições "sanitárias" e sobre os benefícios para as empresas e os cidadãos. A título de exemplo, estes últimos podem ser a recolha de dados sobre, por exemplo, sequestro e armazenamento de carbono, polinização, fornecimento de madeira e turismo baseado na natureza. Os dados poderão ser utilizados para uma série de aplicações atuais e futuras, tais como a medição dos progressos feitos pelos Estados-Membros no sentido de atingir os objetivos estabelecidos na [proposta da Comissão de 22 de junho de 2022 para uma Lei de Restauração da Natureza](#), que é um elemento-chave da Estratégia da UE para a Biodiversidade e da concretização do Pacto Ecológico Europeu. Esta iniciativa faz parte da implementação na UE do [sistema estatístico padrão de Contabilidade Ambiental-Económica](#) ("SEEA Ecosystem Accounting"), adotado pelas Nações Unidas em março de 2021.

Para além das contas dos ecossistemas, a Comissão propõe também novas contas económicas ambientais sobre florestas e sobre subsídios ambientais. As contas florestais medem especificamente a área florestal e a sua quota-parte disponível para a extração de madeira. Estes dados podem ser utilizados para monitorizar a gestão florestal e a indústria da madeira. As estatísticas dos subsídios ambientais consideram o apoio dos Estados-Membros para promover uma economia mais verde, proteger o ambiente e salvaguardar os recursos naturais. Identificam e quantificam medidas internas de política fiscal e recursos não comunitários que apoiam o Pacto Ecológico.

Alterações climáticas: propostas novas regras para as empresas colocarem fim à desflorestação mundial

A nova [proposta de regulamento](#) prevê que as empresas sejam obrigadas a verificar (a chamada "due diligence") que os bens vendidos na UE não foram produzidos em terras desmatadas ou degradadas. Procura-se garantir aos consumidores que os produtos que compram não contribuem para a destruição das florestas fora da UE, incluindo as florestas tropicais, e, conseqüentemente, reduzir a contribuição da UE para as alterações climáticas e a perda de biodiversidade a nível global.

Os [eurodeputados](#) também [querem](#) que as empresas verifiquem se os bens são produzidos de acordo com os direitos humanos previstos pelo direito internacional e pelos direitos dos povos indígenas, além das leis e normas relevantes no país onde os produtos são produzidos.

Ministros do ambiente da UE discutiram a proteção climática com Frans Timmermans em Praga

A reunião informal dos ministros europeus do ambiente, organizada pela Presidência checa do Conselho da EU, [decorreu](#) em Praga. A reunião contou também com a presença do primeiro vice-presidente da Comissão Europeia Frans Timmermans, que discutiu com os ministros a proteção do clima e a posição da UE para a conferência climática da COP 27 da ONU. Após a reunião, as delegações foram numa excursão para o local revitalizado do rio Říčanka.



Comissão consulta os Estados-Membros sobre a proposta de alteração do Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia

A Comissão Europeia [enviou](#) aos Estados-Membros para consulta um projeto de proposta para ajustar o Quadro Temporário de Crise dos auxílios estatais, [inicialmente adotado em 23 de março de 2022](#) para apoiar a economia no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Tendo em conta a invasão prolongada da Ucrânia pela Rússia e os seus efeitos diretos e indiretos na economia e na situação energética, a Comissão está a avaliar a necessidade de ajustar o Quadro Temporário de Crise dos auxílios estatais, levando a proposta agora enviada aos Estados-Membros ainda em consideração o objetivo da UE de se tornar independente dos combustíveis fósseis.



Política de coesão da UE: 23 mil milhões de euros para o desenvolvimento económico e social de Portugal em 2021-2027

No âmbito do Acordo de Parceria, [celebrado entre a Comissão Europeia e Portugal](#), serão disponibilizados 23 mil milhões de euros para apoiar a coesão económica, social e territorial em Portugal até ao final da década. Estes fundos ajudarão a desenvolver uma economia mais diversificada, inovadora e competitiva, com uma ênfase redobrada na transição ecológica e digital do país, em consonância com as principais [prioridades da UE](#). Os fundos promoverão igualmente o desenvolvimento territorial equilibrado entre as diferentes regiões e entre as zonas rurais e urbanas, nomeadamente no que diz respeito ao melhor acesso a serviços essenciais. Com 11,5 mil milhões de euros, o [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#) (FEDER) impulsionará a competitividade das regiões portuguesas. Deste montante, 5,3 mil milhões de euros servirão para reforçar o ecossistema de investigação e inovação, a digitalização das pequenas e médias empresas e instalar a banda larga rápida em todo o território. Os fundos do FEDER servirão ainda para modernizar a administração local e regional, a fim de melhorar o acesso aos serviços públicos através de meios digitais.

O FEDER, o [Fundo de Coesão](#) e o [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura](#) (FEAMPA), dedicarão 5,5 mil milhões de euros à execução do [Pacto Ecológico Europeu](#), através do desenvolvimento de uma economia circular e sustentável e de um sistema de transportes respeitador do ambiente, e da preservação da biodiversidade.

Com 224 milhões de euros, o [Fundo para uma Transição Justa](#) (FTJ) ajudará os territórios portugueses mais afetados pela transição climática a fazer face aos respetivos impactos sociais e económicos negativos, a diversificar as suas economias e a criar novas oportunidades de emprego e desenvolvimento de competências.

O [Fundo Social Europeu Mais](#) (FSE+) investirá 7,8 mil milhões de euros para melhorar o acesso ao mercado de trabalho, em especial através de medidas que combinem apoio social e emprego e experiência profissional, melhoria das competências e requalificação, educação de qualidade, formação profissional e orientação profissional. A luta contra a pobreza e a exclusão social será igualmente apoiada, em especial através de assistência alimentar e material, incluindo para as crianças, contribuindo assim para a implementação da [Garantia Europeia para a Infância](#).

A UE investirá mais de 1,9 mil milhões de euros nas regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira). Deste montante, mais de 200 milhões de euros serão utilizados para melhorar a conectividade das ilhas (serviços de transporte) e as infraestruturas de transporte (portos, aeroportos e mobilidade urbana).

O FSE+, em especial, reduzirá as disparidades territoriais no acesso aos cuidados de saúde, à educação e aos serviços sociais. O Acordo de Parceria com Portugal de 2021-2027 é o 14.º a ser adotado.

Eurodeputados pedem mais fundos para a coesão

A Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu [defende](#) o reforço do financiamento da política de coesão e sugere um novo procedimento para evitar atrasos na implementação dos programas. Numa resolução sobre o 8º Relatório sobre a Coesão adotada com 28 votos e 13 abstenções, os eurodeputados solicitam fundos adicionais para a política de coesão, pelo menos ao mesmo nível que no período de programação de 2021-2027, complementados com o Fundo de Transição. Consideram que são necessários fundos adicionais para permitir às regiões enfrentar os desafios que afetam a UE e uma possível recessão.

Os deputados europeus salientam que a política de coesão é um investimento a longo prazo no futuro das regiões e, por conseguinte, não deve tornar-se uma fonte de financiamento flexível para cobrir deficiências orçamentais. Lamentam que os atrasos nas negociações do quadro financeiro plurianual provoquem atrasos no período de programação, sugerindo assim a divisão do processo em duas partes, devendo a parte política relacionada com o conteúdo ser concluída antes da parte financeira para permitir às autoridades a preparação atempada do conteúdo. Os eurodeputados convidam a Comissão a propor a utilização dos recursos de coesão remanescentes de 2021 para cobrir o aumento dos custos dos projetos de infraestruturas financiados pela UE nos setores da energia, dos transportes e da área digital, como resposta ao aumento dos preços da matéria-prima e do material de construção.



Cultura e Diversidade Cultural

Eurobarómetro: europeus confiam mais nos media tradicionais

Um inquérito Eurobarómetro [publicado](#) na passada terça-feira analisa aprofundadamente os hábitos relacionados com o consumo dos meios de comunicação social, a confiança nas diferentes fontes de informação, bem como as atitudes face à ameaça da desinformação. Os temas políticos nacionais interessam mais aos cidadãos (selecionados por 50 % dos inquiridos), mas seguem-se de perto os assuntos europeus e internacionais (46 %), a par das notícias locais (47 %). 72 % dos inquiridos recordam ter lido, visto ou ouvido recentemente algo sobre a União Europeia, na imprensa, na Internet, na televisão ou na rádio. 57 % leram, viram ou ouviram recentemente algo sobre o Parlamento Europeu.

A memória de notícias sobre a UE varia entre 57 % em França e 90 % na Roménia; para as notícias sobre o PE, varia entre 39 % em França e 85 % em Malta. A televisão é a principal fonte de notícias (75%), em especial para os cidadãos com mais de 55 anos. Seguem-se, a uma distância considerável, as plataformas noticiosas em linha (43 %), a rádio (39 %) e as plataformas de redes sociais e blogues (26 %). A imprensa escrita surge em quinto lugar, com um em cada cinco inquiridos (21 %) a citar os jornais e as revistas como a sua principal fonte de notícias. Por outro lado, os mais jovens são muito mais propensos a utilizar plataformas de redes sociais e blogues para aceder a notícias (46 % dos jovens entre os 15 e os 24 anos, em comparação com 15 % das pessoas com mais de 55 anos).

Embora as fontes noticiosas tradicionais, nomeadamente a televisão, sejam importantes, 88 % dos inquiridos acedem, pelo menos, a algumas notícias em linha através do seu *smartphone*, computador ou portátil. 43 % dos inquiridos utilizam o sítio Web da fonte noticiosa (por exemplo, o sítio Web de um jornal) para aceder a notícias em linha e 31 % lê artigos ou publicações que aparecem nas suas redes sociais *online*. O acesso a publicações de notícias através das suas redes sociais *online* é ainda mais importante para os jovens (43 % dos jovens entre os 15 e os 24 anos, contra 24 % dos inquiridos com mais de 55 anos). Pagar por conteúdos noticiosos em linha continua a ser a exceção, uma vez que 70 % de quem acede a notícias através da Internet utiliza apenas conteúdos ou serviços noticiosos em linha gratuitos.

Universidade de Coimbra lidera projeto europeu de indústrias culturais na UE

Financiado em cerca de quatro milhões de euros pela Comissão Europeia, o projeto "[In Situ -- Inovação Local das Indústrias Culturais e Criativas em Áreas não Urbanas](#)" envolve seis regiões europeias, localizadas, em Portugal, na Região Autónoma dos Açores e na Irlanda, Islândia, Finlândia, Letónia e Croácia.

O IN SITU procurará fornecer conhecimento aprofundado sobre os efeitos, diretos e indiretos, das conexões intersectoriais, estratégias e sistemas inovadores e necessidades dos profissionais de ICCs em áreas não urbanas, tentando complementá-lo com propostas de políticas culturais e de inovação e estruturas que ajudem a contextualizar e a viabilizar esse trabalho.

Novo Bauhaus Europeu: 20 pequenos e médios municípios a receber apoio para projetos de vanguarda

A Comissão anunciou os [20 vencedores](#) do primeiro concurso do Novo Bauhaus Europeu dedicado a projetos transformadores baseados em lugares, liderados por pequenas e médias municipalidades. Os projetos incorporam os valores do Novo Bauhaus Europeu - sustentabilidade, estética e inclusão - numa de quatro áreas de ação: renovação de edifícios e espaços públicos; conservação e transformação do património cultural; adaptação e transformação de edifícios para soluções habitacionais acessíveis; ou regeneração de espaços urbanos ou rurais.



Economia e Mercado

Sanções comerciais por violação das normas laborais e ambientais: proposta do agrado do Parlamento Europeu

O projeto de resolução foi [aprovado](#), na passada quinta-feira, por 34 votos a favor, nenhum contra e quatro abstenções. Surge em resposta a uma recente revisão dos capítulos sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável (TSD) dos acordos comerciais. A Comissão Europeia propôs o reforço da implementação e aplicação destes capítulos de proteção do clima, ambiente e direitos laborais, um movimento que o Parlamento tem vindo a solicitar há anos e que os eurodeputados membros da Comissão que acompanha as questões do comércio internacional saudaram no debate.

No projeto de resolução, os eurodeputados da Comissão Comércio Internacional congratulam-se com a possibilidade de utilizar sanções como último recurso quando os direitos laborais prescritos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou elementos do Acordo de Paris são violados. Isto mostra que o Acordo de Paris e as convenções da OIT são condições prévias fundamentais para uma parceria com a UE baseada nas preferências comerciais, disse a subdiretora geral da Direção Geral do Comércio da Comissão Europeia, Maria Martin-Prat De Abreu no debate, acrescentando: ao verificar o cumprimento, a Comissão não aplicará um teste de impacto comercial.

Previsões económicas do verão de 2022: a guerra perpetrada pela Rússia agrava as perspetivas

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia [continua](#) a afetar negativamente a economia da UE, colocando-a numa trajetória de crescimento mais comedido e de inflação mais elevada em comparação com as previsões da primavera. As [previsões económicas \(intercalares\) do verão de 2022](#) apontam para uma expansão da economia da UE de 2,7 % em 2022 e de 1,5 % em 2023. O crescimento da área do euro deverá atingir 2,6 % em 2022, registando uma moderação para 1,4 % em 2023. Prevê-se que a inflação média anual atinja um pico histórico em 2022, situando-se em 7,6 % na área do euro e 8,3 % na UE, antes de abrandar em 2023 para 4,0 % e 4,6 %, respetivamente.

Muitos dos riscos negativos em torno das previsões da primavera de 2022 concretizaram-se. A invasão da Ucrânia pela Rússia exerceu pressões ascendentes adicionais sobre os preços dos produtos energéticos e das matérias-primas alimentares. Estes preços estão a alimentar as pressões inflacionistas mundiais, reduzindo o poder de compra das famílias e desencadeando uma

resposta de política monetária mais rápida do que anteriormente previsto. A atual desaceleração do crescimento nos EUA vem agravar o impacto económico negativo da política de «zero Covid» aplicada pela China.

Concorrência: Comissão Europeia publica relatório de 2021 sobre política de concorrência

A Comissão Europeia [publicou](#) o seu Relatório sobre a Política de Concorrência para 2021, apresentando os principais desenvolvimentos políticos e iniciativas legislativas realizadas no ano passado, bem como uma seleção de ações de fiscalização. Em 2021, a Comissão realizou progressos substanciais na sua revisão abrangente dos principais regulamentos, orientações e avisos, sobre concorrência, conforme estabelecido na sua Comunicação “[Uma política de concorrência adaptada aos novos desafios](#)”, que enquadra o papel da política de concorrência no caminho da recuperação da Europa, das transições verde e digital e para um mercado único resiliente.



Energia

Apoio aos eurodeputados para a utilização de energias renováveis e poupança de energia

Na quarta-feira, 13 de julho, os eurodeputados [votaram](#) no sentido de aumentar a percentagem de energias renováveis no consumo final de energia da UE para 45% até 2030, ao abrigo da revisão da Diretiva de Energias Renováveis (RED) - uma meta também apoiada pela Comissão Europeia ao abrigo do seu pacote "RepowerEU". Os eurodeputados duplicaram o número de projetos transfronteiriços para a expansão da eletricidade verde para dois projetos por Estado-Membro. Os Estados-Membros com o maior consumo anual de eletricidade serão obrigados a adotar um terceiro projeto até 2030.

Os parlamentares também exigem que os Estados-Membros estabeleçam um objetivo indicativo para a tecnologia inovadora de energia renovável de pelo menos 5% da capacidade de energia renovável recentemente instaladas. Os eurodeputados também insistiram na transparência dos componentes de eletricidade verde e na simplificação do hidrogénio, incluindo um sistema mais simples para garantir a sua origem.

No setor dos transportes, a utilização de energias renováveis deveria conduzir a uma redução de 16% nas emissões de gases com efeito de estufa, através da utilização de quotas mais elevadas de biocombustíveis avançados e de uma quota mais ambiciosa de combustíveis renováveis de origem não biológica, como o hidrogénio.

Comissão Europeia aprova até 5,4 mil milhões de euros de apoio público por quinze Estados-Membros para um projeto importante de interesse europeu comum na cadeia de valor da tecnologia do hidrogénio

A Comissão [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um projeto importante de interesse europeu comum («IPCEI») para apoiar a investigação e a inovação e a primeira implantação industrial na cadeia de valor da tecnologia do hidrogénio. O projeto, denominado «IPCEI Hy2Tech», foi preparado e notificado conjuntamente por quinze Estados-Membros: Áustria, Bélgica, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Países Baixos, Polónia, Portugal, Eslováquia e Espanha.

Os Estados-Membros disponibilizarão até 5,4 mil milhões de euros de financiamento público que deverão desbloquear 8,8 mil milhões de euros adicionais em investimentos privados. No âmbito deste IPCEI, 35 empresas com atividades num ou mais Estados-Membros, incluindo pequenas e médias empresas («PME») e empresas em fase de arranque, participarão em 41 projetos.

O IPCEI abrangerá uma grande parte da cadeia de valor da tecnologia do hidrogénio, incluindo i) a geração de hidrogénio, ii) as pilhas de combustível, iii) o armazenamento, o transporte e a distribuição de hidrogénio e iv) as aplicações dos utilizadores finais, em especial no setor da mobilidade. Espera-se que contribua para o desenvolvimento de avanços tecnológicos importantes, incluindo novos materiais de elétrodos altamente eficientes, células de combustível mais eficientes e tecnologias de transporte inovadoras, entre as quais se destacam, pela primeira vez, as tecnologias de mobilidade do hidrogénio. Prevê-se que os IPCEI criem cerca de 20 000 postos de trabalho diretos.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada com os números de processo SA.64625 (Áustria), SA.64651 (Grécia), SA.64642 (Bélgica), SA.64644 (Itália), SA.64640 (Chéquia), SA.64649 (Países Baixos), SA.64633 (Dinamarca), SA.64626 (Polónia), SA.64646 (Estónia), **SA.64753 (Portugal)**, SA.64632 (Finlândia), SA.64635 (Eslováquia), SA.64671 (França), SA.64624 (Espanha) e SA.64647 (Alemanha) no [Registo dos Auxílios Estatais](#) no sítio Web da [concorrência](#), uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade. As novas publicações de decisões sobre auxílios estatais publicadas na Internet e no Jornal Oficial são divulgadas no [State Aid Weekly e-News](#).



Estado de Direito

Relatório de 2022 sobre o Estado de direito: Comissão formula recomendações específicas aos Estados-Membros

A Comissão [publicou](#) o [terceiro relatório anual sobre o Estado de direito](#). O relatório surge no contexto da invasão russa da Ucrânia, que veio demonstrar com maior acuidade a importância da defesa dos valores democráticos, dos direitos humanos e do Estado de direito.

Inclui uma panorâmica das tendências na UE no seu conjunto e 27 capítulos por país que analisam a evolução em cada Estado-Membro desde julho de 2021. O relatório deste ano inclui, pela primeira vez, recomendações específicas dirigidas a cada Estado-Membro, tal como anunciado pela presidente von der Leyen no seu [discurso sobre o estado da União de 2021](#). As recomendações destinam-se a incentivar os Estados-Membros a levar por diante as reformas em curso ou planeadas e ajudá-los a identificar os domínios em que são necessárias melhorias.

Tal como em edições anteriores, o presente relatório analisa a evolução em quatro domínios fundamentais para o Estado de direito: os sistemas de justiça, o quadro de luta contra a corrupção, o pluralismo dos meios de comunicação social e outras questões institucionais relacionadas com o controlo e o equilíbrio de poderes. O relatório mostra que, em muitos Estados-Membros, continuaram a realizar-se reformas no domínio do Estado de direito para dar resposta aos desafios identificados nas duas edições anteriores. Ao mesmo tempo, subsistem preocupações sistémicas em alguns Estados-Membros.

Hungria: Estados-Membros devem parar os ataques aos valores da UE

A Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos [condenou](#) as tentativas intencionais e sistemáticas do governo húngaro de minar os valores europeus, tal como consagrados no artigo 2.º do TUE. A situação deteriorou-se significativamente desde 2018, quando o Parlamento lançou o procedimento ao abrigo do artigo 7.º do TUE. Segundo os eurodeputados, a falta de ação decisiva por parte da UE contribuiu para a emergência de um regime híbrido de autocracia eleitoral.

Além disso, os eurodeputados lamentam o fracasso do Conselho em fazer verdadeiros progressos na luta contra o recuo democrático. Salientaram também que o Artigo 7.º (1) do TUE não exige unanimidade para identificar riscos reais de violações graves dos valores da UE, nem prevê a necessidade de estabelecer qualquer recomendação ou prazo. A este respeito, o projeto de relatório afirma que qualquer novo atraso na tomada de medidas ao abrigo das disposições do Artigo 7.º para proteger os valores da UE na Hungria constituiria uma violação do Estado de direito pelo Conselho.

Partidos políticos e fundações europeias: Eurodeputados avaliam projetos de novas regras

A comissão competente do Parlamento Europeu (Comissão dos Assuntos Constitucionais) [aprovou](#) (com 18 votos a favor, 4 contra, e 2 abstenções) o projeto de relatório de Rainer Wieland (PPE, DE) e Charles Goerens (Renew, LU) relativo às novas regras sobre o estatuto e o financiamento dos partidos políticos e fundações europeias.

De acordo com o texto, o âmbito das novas regras sobre registo e financiamento deveria expandir-se a partidos com ideias semelhantes na Europa, mas fora da UE27, tendo em conta os recentes desenvolvimentos na vizinhança política europeia (por exemplo, Brexit e a guerra russa contra a Ucrânia). As alterações propostas referem-se a "associações de cidadãos [...] de um país que pertence ao Conselho da Europa e que tem plenos direitos de representação no mesmo". Procurando salvaguardar os valores europeus neste contexto, os eurodeputados também querem fazer depender o registo como partido político europeu (e o subsequente financiamento) da garantia de que os partidos membros de fora da UE "observem valores equivalentes" aos do artigo 2º do TUE. Outra área em que os eurodeputados propõem uma abordagem mais ambiciosa é a área do financiamento da UE para campanhas em referendos nacionais. Enquanto a proposta da Comissão se centra em campanhas relativas à "implementação dos Tratados", o projeto de regras apresentado pelos deputados ao PE alarga o âmbito de aplicação a "questões diretamente relacionadas com a UE".

Aplicação do direito da UE: defesa dos direitos, das liberdades fundamentais e do Estado de direito

A Comissão Europeia [adotou](#) esta semana o seu [relatório anual](#) sobre o controlo da aplicação do direito da UE, no qual descreve as ações levadas a cabo pela Comissão, em 2021, para garantir a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos e das empresas em toda a UE, bem como o seu pacote regular de decisões em matéria de infrações, devendo estas decisões ser vistas no contexto mais vasto dos esforços realizados pela Comissão para defender os direitos, as liberdades fundamentais e o Estado de direito na União.

Em 2021, a Comissão lançou 847 novos processos por infração, o que representa um aumento relativamente à média de 809 processos por ano registada durante os cinco anos precedentes. Dois terços (571) dos novos processos foram motivados por atrasos a nível da transposição de diretivas da UE, enquanto um terço (276) se deveu a uma aplicação incorreta do direito da UE ou ao facto de certas normas nacionais não estarem em conformidade com o direito da UE e, nomeadamente, com os Tratados. As ações da Comissão contribuíram para que os Estados-Membros passassem a cumprir o direito da UE, tendo, ao longo do ano, sido encerrados 704 processos por infração.

A Comissão decidiu intentar 31 ações judiciais contra Estados-Membros junto do Tribunal de Justiça da União Europeia. Um terço desses casos dizia respeito à qualidade do ar ou da água potável, ou ao tratamento das águas residuais.

Pacote de processos por infração de julho: principais decisões

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a Comissão Europeia instaura processos judiciais contra vários Estados-Membros por estes não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas.

As principais decisões por domínio político tomadas pela Comissão Europeia poderão ser [aqui](#) consultadas. A Comissão decidiu também encerrar 103 processos em que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem que fosse necessário dar seguimento ao processo.

Salienta-se do [pacote](#) de processos agora publicado as ações desencadeadas na defesa dos direitos fundamentais, dos valores e do Estado de direito na UE. A Comissão vai dar um novo passo para avançar com o processo por infração instaurado contra a [Polónia](#) devido ao facto de o Tribunal Constitucional deste país contestar o primado do direito da UE e tenciona lançar uma ação judicial contra a [Hungria](#) junto do Tribunal por (i) discriminação das pessoas LGBTIQ e (ii) restrição da liberdade de imprensa e do direito da Klubradio de utilizar o espetro de radiofrequências. Ao mesmo tempo, vai também intentar ações judiciais contra 15 Estados-Membros a fim de proteger os «whistleblowers», ou seja, as pessoas que denunciam violações do direito da UE. A fim de garantir a mais elevada proteção dos dados pessoais dos cidadãos da UE em todo o seu território, a Comissão vai enviar um parecer fundamentado à [Eslovénia](#) por incumprimento das obrigações que lhe incumbem por força do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).



Financiamento

Orçamento da UE para 2023: Conselho chega a acordo sobre a sua posição

Os embaixadores dos Estados-Membros junto da UE [acordaram](#) a posição do Conselho sobre o projeto de orçamento da UE para 2023. No total, e de acordo com o compromisso estabelecido pelo Conselho, o orçamento do próximo ano ascende a 183,95 mil milhões de euros em autorizações e 165,74 mil milhões de euros em pagamentos. Em comparação com o orçamento acordado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu para 2022, trata-se de um aumento de +8,29% nas autorizações e uma diminuição de -3,02% nos pagamentos.

O Conselho pretende adotar formalmente a sua posição sobre o projeto de orçamento geral para 2023 através de um procedimento escrito que termina em 6 de setembro de 2022. Este mandato servirá então de mandato à Presidência checa para negociar o orçamento da UE para 2023 com o Parlamento Europeu.

Relatório indica que operações de financiamento *NextGenerationEU* estão a avançar bem

A Comissão Europeia publicou o seu segundo relatório semestral sobre o instrumento de financiamento [NextGenerationEU](#), que abrange o período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2022. O relatório analisa a execução do financiamento do *NextGenerationEU* no primeiro semestre do ano. Até à data, a Comissão mobilizou – em nome e por conta da União Europeia – 121 mil milhões de euros de financiamento a longo prazo a título do *NextGenerationEU* desde o lançamento do programa, em junho de 2021, dos quais 50 mil milhões de euros entre janeiro e junho de 2022. O relatório semestral da Comissão sobre as operações de financiamento no âmbito do *NextGenerationEU* está disponível [aqui](#).

Eurogrupo chega a acordo sobre uma perspetiva comum das orientações em matéria de política orçamental para 2023

O Eurogrupo [debateu](#) a evolução macroeconómica e os desafios estratégicos na área do euro no atual contexto mundial, contando com o contributo do Fundo Monetário Internacional, que apresentou os resultados da sua visita intercalar, realizada no âmbito da consulta à área do euro efetuada ao abrigo do artigo IV. A avaliação da área do euro a título do artigo IV é um exercício regular em que o FMI analisa a evolução económica, consulta os decisores políticos da área do euro e presta aconselhamento estratégico específico.

Os debates no Eurogrupo constituíram uma oportunidade para trocar impressões sobre a situação atual e os desafios emergentes. Estes intercâmbios e a perspetiva mundial do FMI são particularmente valiosos numa altura em que a evolução internacional está a gerar incerteza e desafios estratégicos. No seguimento da declaração efetuada em março pelo Eurogrupo sobre as orientações orçamentais para 2023, os ministros debateram a situação orçamental na área do euro e as orientações em matéria de política orçamental para 2023. O Eurogrupo adotou uma declaração sobre as orientações em matéria de política orçamental tendo em vista a elaboração dos orçamentos nacionais para o próximo ano.

Sustentabilidade orçamental: Conselho adota conclusões

O Conselho [adotou](#) as conclusões relativas ao Relatório de 2021 sobre a sustentabilidade orçamental. Refere, por exemplo, que «observa, a médio prazo, num cenário de políticas inalteradas, a avaliação da Comissão mostra que vários Estados-Membros enfrentam riscos elevados, principalmente devido aos elevados níveis de dívida pública e às trajetórias ascendentes da dívida – que refletem a debilidade da situação orçamental inicial – e, nalguns casos, aos aumentos previstos das despesas públicas relacionadas com o envelhecimento demográfico, bem como à sensibilidade a choques adversos, incluindo um diferencial juro-crescimento menos favorável. Reconhece que na avaliação são tidos em conta fatores adicionais: por um lado, os passivos contingentes, nomeadamente associados a garantias do Estado, constituem uma fonte de risco adicional; por outro, a estrutura melhorada da dívida pública, em especial através do alargamento dos prazos de vencimento médios, e o impacto favorável esperado das reformas estruturais no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência representam fatores de atenuação dos riscos. REGISTA a incerteza excecional que paira sobre as perspetivas económicas gerada pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e os desafios decorrentes dos elevados níveis de inflação.

NextGenerationEU: Comissão Europeia angaria 8 mil milhões de euros na sua 11ª transação desde o início do programa

A Comissão Europeia [emitiu](#) no passado dia 13 de julho 8 mil milhões de euros numa transação de dupla tranche ao abrigo do instrumento de recuperação *NextGenerationEU*. O acordo foi a 11ª transação no âmbito da *NextGenerationEU* e a 6ª em 2022. Consistiu numa nova obrigação a 7 anos de 5 mil milhões de euros com vencimento a 4 de dezembro de 2029 e de 3 mil milhões de euros de uma obrigação existente a 20 anos com vencimento em 4 de julho de 2041.

A UE continuou a atrair uma forte procura por parte dos investidores, apesar de um cenário de mercado mais difícil. A procura atingiu mais de 61 mil milhões de euros, demonstrando o apelo contínuo dos investidores às obrigações do instrumento.



Investigação científica, Inovação, Ciência

Fundo de Inovação: UE investe 1,8 mil milhões de euros em projetos de tecnologias limpas

A UE está a investir mais de 1,8 mil milhões de euros em 17 projetos inovadores e de grande escala no domínio das tecnologias limpas com uma terceira ronda de subvenções do Fundo de Inovação. As [subvenções](#), que visam ajudar a introduzir tecnologias revolucionárias no mercado das indústrias com utilização intensiva de energia, do hidrogénio, das energias renováveis, das infraestruturas de captura e armazenamento de dióxido de carbono e do fabrico de componentes essenciais para o armazenamento de energia e as energias renováveis, serão desembolsadas a partir do Fundo de Inovação. Os projetos selecionados estão localizados na Bulgária, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Países Baixos, Noruega, Polónia e Suécia.

Os 17 projetos foram selecionados no âmbito do [segundo convite à apresentação de propostas](#) para projetos de grande escala, o que significa que implicam custos de capital superiores a 7,5 milhões de euros. Os projetos foram avaliados por peritos independentes com base na sua capacidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em comparação com as tecnologias tradicionais e de inovar para além do estado da técnica, apresentando, porém, maturidade suficiente para serem implantados. Outros critérios de seleção incluíam o potencial dos projetos em termos de escalabilidade e rentabilidade.

Conselho Europeu de Investigação mapeia a investigação que financiou

Uma nova análise aprofundada de todos os projetos de investigação financiados pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) ao abrigo do programa-quadro de investigação e inovação Horizonte 2020 foi [agora](#) divulgada. O estudo - "Mapping of ERC Frontier Research" - inclui 30 fichas informativas mostrando a diversidade da investigação financiada, áreas emergentes da ciência, novos métodos e ligações interdisciplinares entre problemas de investigação abordados pelos bolsistas do ERC, bem como padrões geográficos na distribuição de projetos através da Europa. Constatou que uma grande parte da investigação – proposta pelos investigadores e apoiada pelo ERC sem prioridades temáticas – aborda os principais desafios globais.



Juventude, Formação e Requalificação

2,9 milhões para satisfazer as necessidades das crianças ucranianas deslocadas nas escolas da UE

Uma reafecção da ajuda ao abrigo do programa escolar da UE disponibilizará 2,9 milhões de euros para responder às necessidades das crianças ucranianas deslocadas nas escolas da UE. O [anúncio](#) segue-se à publicação, a 1 de junho, de um [regulamento](#) que convida os Estados-Membros a reverem os seus pedidos de apoio ao abrigo do programa escolar para o próximo ano letivo, que decorre de 1 de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023. O Programa Escolar da UE visa promover uma dieta saudável e equilibrada, fornecendo fruta, legumes e produtos lácteos às crianças em idade escolar, ao mesmo tempo que oferece programas educativos sobre agricultura e boa nutrição.

O orçamento total do programa é de 220,8 milhões de euros por ano escolar, dos quais até 130,6 milhões de euros são para fruta e legumes e até 90,1 milhões de euros para leite. Este montante é constituído por dotações nacionais que são fixadas pela Comissão com base nos pedidos dos Estados-Membros. O convite aos Estados-Membros para reverem os seus pedidos foi feito à luz da situação sem precedentes causada pela invasão russa da Ucrânia, que apela à solidariedade entre os Estados-Membros a fim de aliviar o fardo sobre aqueles que cuidam das crianças ucranianas deslocadas. A Comissão decidiu sobre novas atribuições com base nas notificações recebidas pelos Estados-Membros. Os montantes não utilizados apresentados pelos Estados-Membros foram redirecionados para os países que acolhem o maior número de crianças ucranianas.

Emprego: Relatório da Comissão mostra que os jovens são os mais afetados pela perda de emprego devido ao impacto económico da COVID-19

A Comissão Europeia publicou o seu [Relatório respeitante ao Emprego e Desenvolvimento Social na Europa de 2022](#). Entre outras conclusões, o relatório mostra que os jovens foram dos mais negativamente afetados pela perda de empregos durante a crise económica desencadeada pela pandemia da COVID-19. Mostra também que a recuperação foi mais lenta para os jovens do que para outros grupos etários. As possíveis explicações estão ligadas à sua elevada percentagem de contratos a prazo e às dificuldades em encontrar um primeiro emprego depois de deixar a escola, a universidade ou a formação. O novo relatório ajuda a identificar e sustentar as políticas sociais e de emprego necessárias para enfrentar os desafios que os jovens enfrentam para se tornarem economicamente independentes, face ao agravamento da situação socioeconómica devido à invasão russa da Ucrânia.



Mobilidade e Transportes

Faixas horárias das companhias aéreas: Comissão propõe regime de exceções mais flexível e um alívio específico para as companhias aéreas

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta para permitir que o regime de faixas horárias das companhias aéreas responda de forma mais flexível a desenvolvimentos inesperados num futuro próximo. Embora a rápida ascensão da procura atual, bem como as projeções, apontem para uma recuperação contínua do tráfego aéreo, a experiência recente demonstrou que as atuais regras de faixas horárias não são suficientemente resistentes a perturbações em grande escala. A guerra na Ucrânia também mostra como o tráfego aéreo - e a capacidade das companhias aéreas para satisfazerem os requisitos normais de utilização das faixas horárias - podem ser severamente e duradouramente afetados por outros desenvolvimentos imprevistos em rotas específicas.

Assim, a Comissão propõe, por um lado, voltar à taxa normal de utilização de faixas horárias de 80% a partir de 30 de outubro (a partir dos atuais 64% na época de Verão de 2022) - refletindo a procura - mas, ao mesmo tempo, prolongar a possibilidade de fazer uso da ferramenta "não utilização justificada de faixas horárias" (JNUS) criada durante a pandemia.



Mar e Pesca

UE assina com 7 países parceiros a Declaração sobre a Investigação e Inovação em todo o Oceano Atlântico

Em Washington, D.C., a 13 de julho, a União Europeia, Argentina, Brasil, Canadá, Cabo Verde, Marrocos, África do Sul e os Estados Unidos [assinaram](#) uma nova Declaração de Investigação e Inovação para o Oceano Atlântico. Esta declaração dará continuidade à bem-sucedida jornada da diplomacia da ciência dos oceanos e estabelecerá um caminho comum para a cooperação na investigação oceânica no Atlântico, de Pólo a Pólo, para a próxima década. Através deste novo rumo estratégico, os parceiros atlânticos unirão forças para enfrentar os desafios mais prementes que a bacia está a enfrentar, incluindo as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a poluição, a proteção e restauração dos ecossistemas, e economias oceânicas sustentáveis e inclusivas, contribuindo ao mesmo tempo para os objetivos do "Green Deal" europeu e uma Europa mais forte no mundo, e para a dimensão internacional do Plano de Ação Atlântico 2.0 da UE.



Saúde

COVID-19: segunda dose de reforço para pessoas com mais de 60 anos e pessoas vulneráveis

Face ao ressurgimento das infeções, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) [recomendam](#) uma segunda dose de reforço de vacinas COVID-19 mRNA, especialmente para pessoas com mais de 60 anos de idade e qualquer pessoa em alto risco. Estas doses de reforço poderão ser dadas pelo menos quatro meses após a anterior, com ênfase nas pessoas que receberam o seu último reforço há mais de seis meses. Atualmente, as

vacinas licenciadas continuam a ser muito eficazes na redução de hospitalizações relacionadas com a COVID-19, doenças graves e mortes no contexto de variantes emergentes.

União da Saúde: HERA entrega lista das 3 principais ameaças à saúde

A Autoridade de Preparação e Resposta em Situações de Emergência da Comissão (HERA) [apresentou](#) uma lista prioritária das três principais ameaças para a saúde que requerem coordenação de medidas a nível da UE no contexto de contramedidas médicas. O Conselho da HERA acordou numa lista que inclui três categorias de ameaças de perigo de vida ou de situações gravemente prejudiciais para a saúde que têm o potencial de se propagarem entre os Estados-Membros: (1) agentes patogénicos com elevado potencial pandémico, (2) ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, e (3) ameaças resultantes da resistência antimicrobiana.

União Europeia da Saúde: Regras reforçadas para uma maior segurança e qualidade do sangue, dos tecidos e das células

Ao propor novas regras para reforçar a segurança e qualidade das substâncias de origem humana, a Comissão dá mais um passo no sentido da construção de uma sólida União Europeia da Saúde. Com esta [proposta](#), será reforçada a segurança dos doadores e recetores de substâncias de origem humana (SoHO) essenciais, que incluem sangue, tecidos e células, mas também o leite materno e a microbiota. O novo regulamento terá por objetivo, nomeadamente, facilitar a circulação transfronteiriça destes produtos de saúde essenciais. Fomentará a solidariedade entre as autoridades de saúde pública, ao mesmo tempo que garante a gestão do fornecimento de SoHO essenciais no setor e promove a inovação com elevados padrões comuns de qualidade e segurança para todos os doadores e recetores dessas substâncias.

Será dado um novo ímpeto à digitalização com a criação da Plataforma SoHO da UE, tendo em vista recolher todas as informações necessárias, simplificar a comunicação de informações e aumentar a visibilidade pública. Uma vez adotado e aplicado em todos os Estados-Membros, o regulamento agora proposto pela Comissão Europeia substituirá as regras em matéria de segurança e qualidade estabelecidas em duas diretivas (2002/98/CE, relativa ao sangue e componentes sanguíneos, e 2004/23/CE, relativa aos tecidos e células), e respetivos atos de execução. A proposta da Comissão será agora analisada e debatida, no âmbito do processo de decisão conjunta, no Parlamento e no Conselho da União Europeia, até que cheguem a acordo quanto a um texto definitivo.

UE concede acesso da Ucrânia ao financiamento ao abrigo do Programa UE pela Saúde

No âmbito dos esforços que a Comissão Europeia tem vindo a desenvolver no sentido de prestar apoio no domínio da saúde, a comissária Stella Kyriakides [deslocou-se à Ucrânia](#) para se encontrar com o ministro da Saúde, Viktor Liashko, e visitar um centro médico para crianças, bem como um centro de reabilitação. Nesta ocasião, a Comissão e o Governo ucraniano assinaram um acordo que associa a Ucrânia ao [Programa UE pela Saúde](#). Este acordo abrirá à Ucrânia o acesso ao financiamento da UE no domínio da saúde, o que permitirá ao sistema de saúde ucraniano responder às necessidades imediatas e contribuirá para a recuperação a longo prazo.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Aplicação das sanções: Comissão fornece orientações adicionais sobre o trânsito de mercadorias provenientes da Rússia

A Comissão Europeia [publicou](#) na sequência da recente polémica entre a Rússia e a Lituânia em relação ao trânsito de mercadorias para abastecimento do oblast de Kaliningrado a partir da Rússia, mais orientações aos Estados-Membros sobre o trânsito de mercadorias provenientes da Rússia. Isto faz parte de intercâmbios técnicos regulares sobre a aplicação prática de medidas restritivas da UE, que foram impostas por unanimidade pelo Conselho, em resposta à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Esta [orientação](#) confirma que o trânsito rodoviário de mercadorias, sujeitas à proibição, pelos operadores russos não é permitido pelas medidas da UE. Não existe proibição semelhante para o transporte ferroviário, sem prejuízo da obrigação dos Estados-Membros de realizarem controlos eficazes. Os Estados-Membros verificam se os volumes em trânsito se mantêm dentro das médias históricas dos últimos 3 anos, refletindo nomeadamente a procura real de bens essenciais no destino, e se não existem fluxos ou padrões comerciais invulgares que possam dar origem a evasão. O trânsito, de bens e tecnologia militares e de dupla utilização, sancionados é totalmente proibido em qualquer caso – independentemente do modo de transporte.

UE lança plataforma para reforçar a segurança interna e a gestão de fronteiras na Moldávia

À margem da reunião informal do Conselho dos Assuntos Internos, a comissária para os Assuntos Internos Ylva Johansson e a ministra do Interior da Moldávia Ana Revenco [lançaram](#) a Plataforma da UE para a Segurança Interna e Gestão de Fronteiras na Moldávia. Como plataforma operacional, o Centro de Apoio da UE apoiará a cooperação em matéria de segurança interna e gestão de fronteiras entre a UE, as suas agências, os Estados-Membros e as autoridades moldavas. O núcleo será estabelecido em Chişinău e coordenado pela Delegação da UE na Moldávia. O objetivo do Centro de Apoio da UE será apoiar

a aplicação da lei e a gestão de fronteiras na Moldávia, coordenando a assistência da UE e dos seus Estados-Membros, apoiando os mecanismos existentes e identificando as necessidades das autoridades moldavas. O centro funcionará nas seis áreas prioritárias: tráfico de armas de fogo, contrabando de migrantes, tráfico de seres humanos, prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento, cibercrime e tráfico de droga.

Conselho adota assistência suplementar no valor de mil milhões de euros a favor da Ucrânia

O Conselho [decidiu](#) conceder à Ucrânia mil milhões de euros de assistência macrofinanceira suplementar, com caráter de urgência. Com a assistência macrofinanceira de emergência de 1,2 mil milhões de euros desembolsada no início deste ano, o apoio macrofinanceiro total da UE à Ucrânia desde o início da guerra eleva-se agora a 2,2 mil milhões de euros e deverá continuar a aumentar nos próximos meses. Esta assistência financeira complementa outros apoios da UE à Ucrânia nos domínios humanitário, do desenvolvimento, aduaneiro e da defesa.

Declaração conjunta sobre o apoio à Ucrânia no seu processo no Tribunal Internacional de Justiça

Pode consultar [aqui](#) a declaração em nome da Albânia, Andorra, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Ilhas Marshall, Moldávia, Mônaco, Montenegro, Holanda, Nova Zelândia, Macedónia do Norte, Noruega, Palau, Polónia, Portugal, Romênia, San Marino, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia, de apoio ao pedido da Ucrânia de instauração de processo contra a Federação Russa perante o Tribunal Internacional de Justiça sob a Convenção de 1948 para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, que visa estabelecer que a Rússia não tem base legal para realizar ações militares na Ucrânia com base em alegações infundadas de genocídio.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Programa "Guião para a Década Digital": Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo provisório

A fim de garantir que a UE cumpra os seus objetivos de uma transformação digital que seja coerente com os seus valores, o Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o programa para 2030 intitulado "Guião para a Década Digital". Esta decisão visa reforçar a liderança digital da UE através da promoção de políticas digitais inclusivas e sustentáveis que beneficiem os cidadãos e as empresas. Para o efeito, fixa metas digitais concretas que a União pretende alcançar até ao final da década nos domínios das competências, das infraestruturas digitais seguras e sustentáveis, da transformação digital das empresas e da digitalização dos serviços públicos. O programa introduz uma nova forma de governação baseada na cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão, a fim de assegurar que a União concretize coletivamente a sua ambição.

O acordo provisório clarifica várias definições relacionadas com os objetivos gerais do programa, com ênfase no reforço dos direitos fundamentais, da transparência e da segurança, bem como na promoção das competências digitais. A Comissão elaborará trajetórias a nível da UE para cada uma das metas digitais, em conjunto com os Estados-Membros, e estes delinearão trajetórias nacionais e roteiros estratégicos para o cumprimento dessas metas, que deverão ser avaliados em 2026. Os progressos serão aferidos com base no índice de digitalidade da economia e da sociedade (IDES) e avaliados no relatório anual da Comissão sobre o estado da Década Digital. O texto clarifica ainda o conceito de projetos plurinacionais, ou seja, projetos de grande envergadura que congregam recursos da UE, nacionais e privados a fim de alcançar progressos que nenhum Estado-Membro conseguiria alcançar individualmente.

O programa facilitará os investimentos em domínios como a computação de alto desempenho, infraestruturas e serviços de dados comuns, cadeias de blocos, processadores de baixa potência, corredores de 5G pan-europeus, parcerias de alta tecnologia para as competências digitais, infraestruturas de computação quântica seguras e redes de centros de cibersegurança, administração pública digital, instalações de ensaio e polos de inovação digital. O acordo provisório prevê também um mecanismo de cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#) e [2023](#).



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.

Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos

Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – [Perguntas e Respostas](#) | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE |

S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!